

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.133 - MG (2019/0293132-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : CLEITON SILVA LOURENCO (PRESO)
AGRAVANTE : CLEITON SILVA LOURENCO
ADVOGADO : OBREGON GONÇALVES E OUTRO(S) - MG006774
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CLEITON SILVA LOURENÇO contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República e proposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Está contido nos autos que o recorrente foi condenado, por falsificação de documento público, à sanção de 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão e 36 dias-multa; e, por desobediência, a 2 meses de detenção e 15 dias-multa.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem deu parcial provimento apenas para **absolver o ora agravante do crime de desobediência** e para **reduzir as penas do delito de falsificação de documento público para 2 anos e 8 meses de reclusão, em regime semiaberto, e 22 dias-multa** (e-STJ fl. 374, grifei).

Nas razões do recurso especial, a defesa aduz que "*a prova técnica encartada aos autos nos dá a certeza e segurança que a falsificação do documento não é no seu conteúdo, mas do impresso que não apresenta as características de segurança próprias e peculiares daqueles documentos. Vale dizer, não foi a aposição de nomes e retratos que constituíram a falsificação, mas sim a sua essência, o impresso*" (e-STJ fl. 384).

Insiste não ter ficado comprovado que o recorrente tenha falsificado o que estava impresso no documento público.

Repisa que "*nenhuma das testemunhas trazidas no curso da instrução criminal afirmam que o Recorrente tenha falsificado ou alterado documento original (CNH ou CI), isto é, o impresso*" (e-STJ fl. 384).

Superior Tribunal de Justiça

Pugna, assim, pela absolvição do agravante do delito de falsificação de documento público.

Inadmitido na origem, o recurso subiu a esta Corte por meio deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso especial (e-STJ fls. 480/489).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal local, por unanimidade de votos, superou a tese de inexistência de comprovação idônea da autoria do crime de falsificação de documento público, e manteve a condenação, com apoio nestas razões de decidir, só no que releva (e-STJ fl. 369):

Do mesmo modo, a alegação defensiva de que '...não foi a oposição de nomes e retratos que constituíram a falsificação, mas sim a sua essência, o impresso' (f. 275) não conduz à absolvição.

Não se olvida que os laudos periciais (f. 104-105 e 106) atestaram que os impressos dos documentos eram falsos. Entretanto, **o conjunto probatório não deixa dúvidas de que os dados deles constantes também eram falsificados. A esse respeito, o próprio apelante, repita-se, confessou que forneceu sua fotografia para falsificação dos documentos (f. 220v.), não havendo dúvidas de que na carteira de identidade e na CNH apreendidas constavam a foto de Cleiton, mas os dados de outra pessoa ("Emmanuel"), conforme se vê à f. 56.** (Grifei)

Como se vê dos trechos transcritos, o recurso não deve lograr.

Da leitura atenta das razões de decidir do acórdão impugnado, verifica-se que a condenação da recorrente decorreu da existência de provas idôneas da autoria do delito, consistentes na própria confissão do recorrente e em laudos periciais, sendo que, para decidir em sentido contrário, o Superior Tribunal de Justiça teria, necessariamente, de rever todo o acervo fático-probatório já apreciado pelas instâncias locais – constitucionalmente vocacionadas para tanto –, o que é, terminantemente, vedado pelo óbice absoluto da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM O DO STF. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR. ARGUIÇÃO INÉPCIA DA DENÚNCIA. EXORDIAL ACUSATÓRIA QUE DESCREVE, SATISFATORIAMENTE, A CONDUTA, EM TESE, DELITUOSA. TESE DE AUSÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA INCABÍVEL NA VIA ELEITA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

6. As instâncias ordinárias demonstraram, com a devida fundamentação, ter sido o Paciente um dos autores do crime de falsificação de documento particular ora questionado. Desse modo, o exame da tese de insuficiência de provas para a condenação, na hipótese em tela, demandaria, inevitavelmente, profundo reexame do material cognitivo produzido nos autos, o que, como é sabido, não se coaduna com a via estreita do writ. **Precedentes.**

7. Habeas corpus não conhecido. PREJUDICADOS os embargos de declaração opostos contra a decisão que indeferiu o pedido de reconsideração do pedido liminar. (HC 244.019/RJ, relatora Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 02/09/2014, grifei)

Assim, o acórdão impugnado deve ser mantido intacto por seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, **conheço** do agravo e **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator